



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

CONVÊNIO Nº. 001/2018

Por este instrumento de Convênio, de um lado o **MUNICÍPIO DE RIFAINA/SP**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n. 45.318.995/0001-71, com sede na Rua Barão de Rifaina, nº 251, bairro Centro, na cidade de Rifaina/SP, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor **HUGO CÉSAR LOURENÇO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 086.952.966-87 e do RG nº 4.113.457, daqui para diante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado a **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PATROCÍNIO PAULISTA**, entidade filantrópica e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 53.723.870/0001-55, com endereço e sede na Rua Cônego Peregrino, nº. 1.281, Centro, na cidade de Patrocínio Paulista, estado de São Paulo, CEP: 14.415-000, neste ato representada por seu provedor, o senhor **RUBEN SCHABERT SOARES**, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG nº 3.169.738-7 SSP/PR e CPF nº 199.731.442-87, residente e domiciliado na Rua Voluntários Paulista, nº 1.290, bairro Centro, na cidade de Patrocínio Paulista/SP, CEP: 14.415-000, daqui para diante denominada simplesmente **ENTIDADE**, com de acordo com o que dispõe o **parágrafo primeiro do art. 199 da Constituição Federal c/c inciso IV do art. 3º. da Lei Federal 13.019/2014; Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, complementada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999; Normas Operacionais Básicas NOAS – SUS e Lei Municipal n.º 1812 de 12 de Janeiro de 2018 e Lei Municipal n.º 1812 de 12 de Janeiro de 2018**, firmam o presente **CONVENIO**, tendo por objeto a fomentação de ações de caráter público na saúde, de forma complementar, com repasse de recursos financeiros, objetivando regular a assistência e atendimento de plantão médico geral de 24 horas para Pronto Atendimento, Urgência e Emergência, bem como de especialidades aos usuários dos serviços de saúde de Rifaina, de segunda à sexta, no horário das 0:700 hs. às 17:00 hs., para atendimento ambulatorial e médicos de especialidades, de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:



113
CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: TARSIS HELI MENDES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original
acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 1-WA9K-JNLM-584B-3W01

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS: O presente convênio tem como fundamentos: a) a cooperação de interesses convergentes, com objetivo comum dos convenientes no propósito de servir ao interesse público na prestação de serviços de saúde aos usuários do S.U.S do Município de Rifaina, observado o princípio da legalidade, eficiência e economicidade, dentro outros correlatos; b) a disposição da entidade filantrópica e sem fins lucrativos em promover a gestão dos serviços de saúde à população local; c) proporcionar maior eficiência e economicidade aos serviços médicos prestados pelo Município.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO – O presente convênio tem por objeto a fomentação de ações de caráter público na saúde, de forma complementar, objetivando a regular a assistência e atendimento médico de plantão geral e especialidades aos usuários do SUS do Município de Rifaina e de seus visitantes e turistas, de conformidade com o descrito no Termo de Referência e Plano de Trabalho em anexo, que ficam fazendo parte integrante e indissociável do presente;

CLÁUSULA TERCEIRA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários quanto ao seguinte:

I – MUNICÍPIO DE RIFAINA:

- a) Coordenar e gerenciar os serviços prestados pela entidade de acordo com as diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Acompanhar, fiscalizar, controlar e auditar, através da Secretaria Municipal de Saúde e do Conselho Municipal da Saúde, a integral execução do objeto do presente convenio;
- c) Repassar a entidade Conveniada recursos financeiros no valor de até **R\$ 1.680.000,00 (um milhão, seiscientos e oitenta mil reais)**, em 12 (doze) parcelas mensais de até **R\$ 140.000,00** (cento e quarenta mil reais), divididos da seguinte forma: **R\$ 90.000,00** (noventa mil reais), para manter o



atendimento de plantão médico geral pelo período de 24 horas ininterruptos para pronto atendimento, urgência e emergência e retaguarda médica; e **R\$ 50.000,00** para especialidades médicas, conforme discriminado no Termo de Referência e Plano de Trabalho, sendo que os valores deverão ser depositados em conta corrente específica mantida pela Santa Casa junto ao Banco do Brasil S/A.

- d) As parcelas serão repassadas por 12 (doze) meses, de janeiro a dezembro/2018 até o dia **5º (quinto) dia útil**.
- e) Notificar e requisitar providências à ENTIDADE CONVENIADA, conforme o caso e o interesse público assim o exigir, sobre quaisquer problemas de atendimentos aos usuários do SUS que possam comprometer tanto a dignidade e o respeito, como o padrão de qualidade e de eficiência da prestação dos serviços.

II – DA ENTIDADE:

- a) Responsabilizar-se pela coordenação e execução dos serviços descritos no objeto;
- b) Responder perante o MUNICÍPIO pela qualidade e orientação dos trabalhos desenvolvidos, observando todas as regras inerentes ao atendimento de urgência e emergência, prestados no Pronto Socorro e/ou UBS do Município de Rifaina;
- c) Respeitar, na execução deste convênio, as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como a quaisquer outras obrigações relacionadas ou decorrentes da exploração dos serviços;
- d) Sem prejuízo de sua responsabilidade, comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução ou no controle dos serviços, bem como qualquer fato que possa colocar em risco a segurança e a qualidade dos serviços e sua execução dentro do prazo pactuado, anotando em registro próprio todas as ocorrências, faltas, defeitos e atrasos relacionados com a sua execução.



115
CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: TARSIS HELI MENDES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original
acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 1-WA9K-JNLM-584B-3W01

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para os efeitos deste convênio, consideram-se profissionais dos quadros da entidade conveniada:

- I. Membros do seu corpo clínico;
- II. Profissional com vínculo de emprego;
- III. Profissional autônomo, que eventualmente ou permanentemente, presta serviços à entidade sem vínculo de emprego;
- IV. Empresa, grupo, sociedade ou associação de profissionais que exerçam atividades na área da saúde, prestadores de serviços à entidade;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Com exceção dos profissionais expressamente designados pela Secretaria Municipal de Saúde, para prestar serviços ao SUS, caberá à ENTIDADE assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, sociais e tributários de qualquer natureza, resultantes de vínculo empregatício e de seus prepostos na esfera da legislação trabalhista, bem como por aqueles oriundos de transporte e de estadia, referente ao pessoal integrante de seus quadros e que venham a ser utilizados para os fins deste convênio;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de atos ilícitos praticados por qualquer servidor público, pertencente aos quadros da Prefeitura Municipal de Rifaina, seja ele(s) concursado(s) ou em comissão, contra os funcionários/profissionais contratados pela Santa Casa para prestar serviços ao município através deste convênio, responderá aquele, exclusivamente, por todo e qualquer tipo de danos morais, materiais, estéticos, perdas e danos e prejuízos causados aos funcionários/profissionais contratados pela entidade filantrópica, em qualquer das esferas sem exclusão de nenhuma.

CLÁUSULA QUARTA: É vedada a cobrança de qualquer taxa ou preço pela prestação de qualquer serviço executado em decorrência do presente convênio, aos usuários do SUS, respondendo a entidade conveniada pela cobrança indevida que for feita por qualquer um de seus profissionais, desde que devidamente comprovada.

PARÁGRAFO ÚNICO: Comprovada a cobrança indevida, o valor correspondente será descontado do repasse financeiro promovido pelo Município, sendo providenciado, a seguir, o ressarcimento do respectivo paciente ou do seu representante.



CLÁUSULA QUINTA: DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO – Através de termo aditivo, as partes acima identificadas poderão alterar este convênio, adequando-o às suas necessidades em razão de circunstâncias decorrentes do desenvolvimento tecnológico, do grau de complexidade da assistência prestada, da introdução adequada de novas tecnologias ou de desempenho assistencial e gerencial e de prazos que se fizerem necessários.

CLÁUSULA SEXTA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS- Os custos operacionais dos serviços prestados pela CONVENIENTE deverão ser comprovados mediante prestação de contas, na forma preconizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra grave descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários, podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLAUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio surtirá seus efeitos a 01 de Janeiro de 2018 e terá vigência de 12 (doze) meses, encerrando-se em 31/12/2018, podendo ser aditivado ou prorrogado mediante termo aditivo.

CLÁUSULA NONA - Sem prejuízo da direção e do acompanhamento da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde, sobre a execução do objeto deste convênio, o CONVENIENTE reconhece a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da Direção Nacional do SUS, decorrente da Lei Federal nº 8080, de 19 de setembro de 1990.



PARÁGRAFO ÚNICO – Caberá ao Conselho Municipal de Saúde, com o auxílio da Coordenadoria de Serviços de Plantão Médico, a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do presente convênio, devendo ainda, controlar e avaliar todas as ações desenvolvidas, principalmente a qualidade dos serviços prestados, a satisfação dos usuários do SUS, a eficácia das medidas adotadas, a resolução dos problemas, o cumprimento pela CONVENIENTE da escala de plantões e agendamentos realizados aos usuários na Rede Municipal de Saúde, bem como os aspectos financeiros que envolvam este instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA REGÊNCIA - O presente convênio regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, observadas as normas gerais de saúde pública estabelecidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, bem assim as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis a espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - A perda da qualidade essencial da ENTIDADE CONVENCIONADA, em especial do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, para prestação de serviços ao SUS; situação de regularidade fiscal e de ações ou omissões que prejudiquem, onerem, obstem, interrompam, atrasem ou impliquem no comprometimento da qualidade da cobertura assistencial, importarão em denúncia imediata do presente convênio, resguardada a composição das perdas e danos sofridos pela parte prejudicada, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - As despesas decorrentes deste convênio correrão à conta das dotações orçamentárias próprias alocadas aos programas, projetos e atividades pertinentes à prestação de serviços na área da saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Pedregulho/SP, para dirimir as dúvidas fundadas neste convênio e que não puderem ser resolvidas de comum acordo.

E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente convenio vai, a seguir, assinado em 02 (duas) vias pelos seus representantes legais, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas.

Rifaina/SP, 15 de janeiro de 2.018.

HUGO CÉSAR LOURENÇO
Prefeito Municipal

RUBEN SCHABERT SOARES
Provedor

TESTEMUNHAS:

Nome:

Lidiane Lillian Marques

CPF:

293.583.348-19

RG:

41.343.465-5

Nome:

Sono Cristiano Ferreira Nascimento

CPF:

448.235.208-07

RG:

40.910.591-6



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins, principalmente para o atendimento do item 12 da requisição 13/2019 thm emitida pelo agente de fiscalização da UR-17 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que o presente foi publicado por afixação na sede da Prefeitura Municipal de Rifaina, nos termos do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, e no site da Prefeitura Municipal de Rifaina no endereço eletrônico: www.rifaina.sp.gov.br, bem como no Portal da Transparência do Município.

Rifaina, 18 de junho de 2019.


HUGO CESAR LOURENÇO
PREFEITO MUNICIPAL